



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CACS-FUNDEB - Aos 23 dias do mês de dezembro de 2022, às 14h, na sala de capacitação do CMTECE, estando presentes os membros titulares, Sonia Cristina de Oliveira, Renata Simões da Silva, Rosilda

Aparecida de Azevedo Santos, Araci de Lima, Marilda Cardoso Freitas Matwee e Suze Angela Padovan e Priscilla da Silva Lira Nunes, responsável pela sala dos conselhos. Não houve justificativa da ausência dos demais membros titulares. Vale ressaltar que essa reunião só foi realizada quando, no grupo do WhatsApp, invocamos o art. 7, do Regimento Interno, pela aprovação de mais de $\frac{1}{3}$ dos membros titulares. Iniciamos a reunião apontando a falta de atuação democrática do presidente Santilho, que não distribuiu funções, delegando as atribuições que poderiam, conforme o Regimento Interno do conselho, que já estava aprovado, desde setembro e fixado no mural da Câmara Municipal, tendo o teor modificado em sua redação, não sendo enviado para o colegiado para a ciência de todos. Houve a falta de transparência, pois já havíamos cobrado em todas as reuniões conforme registrado nas atas anteriores. A conselheira Marilda perguntou se poderiam fazer isso sem a concordância dos membros. Renata Simões fez uma observação a respeito da indicação de um secretário executivo e não será mais eleito pelos membros. Também aponta alterações no texto com a intervenção unilateral do executivo. Estávamos aguardando a devolução por parte da administração, pois segundo informações estava nas mãos do Secretário de Relações Institucionais, o Sr Renato Lancellotti. Explica que, provavelmente deveria existir uma ata que consta a aprovação do regimento interno, apontando ainda que o mesmo é feito pelo conselho é enviado e depois aprovado. Ainda reconhece e valoriza o trabalho realizado pela Priscila, porém entende como audácia a intervenção do poder executivo em nomear o secretário, escolhendo, delegando função e colocando - o na composição do CACS. Acredita que o regimento não está dentro da legalidade, uma vez que não foi o texto original aprovado pelos membros do conselho e nem retornou para a ciência da redação final e aprovação pela maioria dos membros titulares do colegiado. Não houve qualquer comunicação a respeito do envio do Regimento Interno para aprovação pelo legislativo. Afirmo ainda que é super válido o apoio, que a administração forneça a sala, o secretário executivo, mas não aceita a intervenção do executivo dentro do conselho, pois nenhum regimento ou legislação determina isso. A conselheira Sonia, reforça a ideia da falta de participação efetiva do colegiado, citando ainda que o regimento interno determina que os membros acompanhassem a discussão e elaboração da LOA, porém nada nos foi informado. Nunca recebemos nenhum convite por parte da secretaria de educação para os eventos que utilizaram a verba do Fundeb, porém os vereadores levaram seus assessores, evidenciando a intervenção direta da secretária de educação, Márcia Galdino dentro dos conselhos, comprometendo a autonomia do colegiado. A conselheira Renata citou o Comunicado SECE nº 68/2022, emitido pela secretaria, impedindo que os membros suplentes fossem convocados para as reuniões, pois não era concedido a declaração de presença para o abono das horas, porém o próprio regimento interno, aprovado sem nossa ciência, consta essa autorização, além da Lei 14.113/2020, apontando ainda que os conselheiros devem participar exigindo a declaração de comparecimento, com direito à fala, porém sem direito ao voto, desconto do pagamento, sem sofrer retaliação, transferência ou sequer perseguição. A conselheira Sonia prossegue com o questionamento sobre a real intenção da secretaria. A proibição surgiu no início do ano letivo, quando a própria secretaria alegou a falta de professores dentro da escola, porém vimos pessoas o tempo todo em eventos sem a necessidade de convocação. Agora a nova composição traz muitos conselheiros em cargos ou função de confiança com sede dentro da secretaria, como no caso dos representantes de professor, que não está mais dentro da escola atuando diretamente como professor, mas sim como “ assessor do meio ambiente”, e não mais como professor de ciências dentro da sala de aula, dentro da escola, lidando com os problemas como por exemplo. Outra

está na Inclusão, outra virá para a secretaria em 2023. A Renata completa a fala explicando sobre quem está em função de confiança de livre nomeação não poderia participar da eleição como indicada para o segmento, citando ainda que compartilhou uma matéria a respeito da ilegalidade em desvio de função e que será preciso denunciar ao MP, porém muitos professores estão com a sede na CMTECE e continuam com seus cargos originais, porém em função de confiança. A conselheira Marilda questiona sobre até onde vai a nossa gestão enquanto conselheiros se existe algum impedimento de quando os novos membros eleitos entrarem sentarmos com eles e conversamos passando todos os problemas que enfrentamos, alertando o colegiado. A Renata completa que dentro das nossas atribuições não podemos ser omissas, em caso de ilegalidade dentro das contas, o caderno de perguntas e respostas informa que é dever de denunciar, relata que fez o caminho correto, porém está sendo perseguida e não houve vistas por parte da administração. A conselheira Sonia complementa que também foi obrigada, por reprovar as contas do fundeb, em responder a um Procedimento Administrativo, que até agora está na sala do secretário de administração, Gilberto Andriguetto Junior, para sua conclusão e que é visível a falta do cumprimento do princípio da impessoalidade e se deve redigir uma ata bem robusta com todos os apontamentos. O decreto que nomeia os diretores, cargo em vacância, irão ser escolhidos pela secretaria, sem um processo legítimo de seleção, não sendo submetidos à uma avaliação formal que comprove sua capacidade e conhecimento administrativo. Entrando no mérito da capacidade gestora, a conselheira questiona sobre a real vontade e autonomia do gestor em buscar os recursos para seus alunos, atendendo ao princípio da igualdade e, principalmente a equidade, pois na E.M. Divani Maria Cardoso e na Creche Jeanette, não receberam os materiais que muitas escolas receberam, citando como exemplo a ata de tomada de preços de playgrounds, jogos e materiais pedagógicos, que fecha agora em 26/12/2022, no valor de mais de 12.000.000,00, somente foi liquidado o valor de R\$ 3.655.466,50 no final de 2021 pagos no dia 12/01/2022, finalizando com um novo empenho no dia 12/12/2022, no valor de R\$ 4.745.093,10, que provavelmente constituirá restos a pagar em 2023. Aponta ainda que somente foi comprado, pela Secretaria de Educação, pagos com verba do tesouro, brinquedos e jogos pedagógicos, no valor de R\$ 34.000,00 que foram direcionados, unicamente, para o Centro Educacional Multidisciplinar do Transtorno do Espectro Autista - TEA, porém nada foi disponibilizado para os alunos de inclusão, matriculados nas salas regulares. A conselheira informa ainda sobre as respostas recebidas dos seus questionamentos direcionados à secretária de educação através de email da sala dos conselhos a respeito dos contratos de tecnologia e sua funcionalidade. No caso da plataforma PRUVO, contratada pela secretaria de educação, pelo valor de R\$ 1.340.000,00, no dia 31/12/2021, pago à vista no dia 28/01/2022, porém pelo que tive ciência, após questionamento junto aos demais colegas de escolas que seriam contempladas pela plataforma. Infelizmente a resposta da secretaria de educação foi a de que o sistema estava à disposição e que a capacitação e fomento junto aos professores, seria de responsabilidade da equipe gestora, diretores e coordenadores das escolas, que receberam capacitação nos dias 06, 08, 13 e 14 de junho de 2022, citando o Memorando nº 146/2022, em sua resposta ao meu questionamento, para serem multiplicadores da nova tecnologia. O mesmo respondeu quanto à responsabilidade em solicitar os brinquedos, mesa interativa, que cada uma custou, cerca de R\$27.000,00 aos cofres públicos. Continua a conselheira, questionando sobre a falta de interesse em proporcionar uma grande divulgação da nova tecnologia, como a que foi disponibilizada ao programa Self Liderança, que contou com a participação da servidora, também professora efetiva Rosimar Almeida que teve visibilidade e muita publicidade, contando com a cerimônia de lançamento e encerramento no Centro de Capacitação, também apelidado de Teatro Eva Wilma, custando somente cerca de R\$ 35.199,72, empenhados e pago o valor de R\$17.599,86 em 07/06/2022, em restos a pagar, à empresa J.R.Coaching Treinamentos e Editora Ltda, como consta no Portal Transparência. Penso que

houve a falta de interesse e de um acompanhamento dessa importante ferramenta que iria facilitar e muito a rotina dos professores, durante a aplicação e, principalmente a correção das atividades avaliativas, pois a plataforma oferece várias facilidades. Também comentou sobre a estranheza em já haver outra empresa, a CONVEX, responsável pela licença da plataforma GOOGLE SALA DE AULA, que recebe, mensalmente o valor de R\$131.000,00 pela locação dos chromebooks e por serviço bem parecido, pois autoriza a realização de atividades como as que deveriam ser oferecidas na plataforma PRUVO, como comentou anteriormente e com o agravante de estarem recebendo, cerca de R\$50.000,00 mensais da administração, em decorrência de um acordo parcelado em 36 vezes, dívida da gestão anterior, que chega a um montante de R\$ 1.944.000,00, conforme apontado no portal transparência e também informações do servidor Michel(Contabilidade) que, gentilmente, respondeu a várias perguntas. Em 2022 somente a empresa CONVEX, recebeu o valor de R\$2.964.932,00, de um total empenhado de R\$3.151.200,00 da verba FUNDEB, porém com a anulação do valor de R\$1575.600,00, constando como acumulado pago o montante de R\$1.313.000,00, com saldo acumulado de ainda R\$ 262.600,00, somente provenientes dos recursos do FUNDEB. Já dos recursos próprios, do tesouro, para 2022, o valor empenhado ficou em R\$2.019.028,00, com o pagamento de R\$1.651.932,00, faltando ainda um saldo à pagar de R\$367.096,00. Completa seus apontamentos questionando sobre a funcionalidade dos totens de reconhecimento facial, que ficaram pendurados por meses em algumas escolas e que, mesmo após a presença da equipe da tecnologia que esteve na escola, uma única vez para fotografar os alunos presentes naquele dia, demorou para ser implementada o sistema, ficando ainda sob a responsabilidade do professor em acessar a plataforma, registrar as presenças dos alunos que não tiraram fotografia, bem como as ausências, pois o sistema não faz esse registro de forma automática. O Comunicado nº 89/2022, de 08/04/2022, contendo orientações a respeito da liberação da plataforma Educativa, para a digitação de faltas, conteúdos e demais informações, oficialmente, a partir do dia 13/04, porém, em 28/04, foi emitido o Comunicado nº 110/2022, informando da “instabilidade” do Servidor Prodesp/Secretaria Escolar Digital, que constava de algumas divergências nas listas de alunos na Plataforma Educaita, ampliando o prazo para o registro para o dia 09/05/2022. Vale alertar que, agora no final do ano letivo, recebi uma aluna que estava matriculada em uma escola da rede municipal, porém não havia registro anterior aos meus, a partir de 10/11/2022. Essa demanda foi reportada ao seu superior, porém aproveitou para conversar com o Laércio, responsável pela tecnologia e que me informou que realmente poderia ser uma falha na comunicação entre os sistemas das escolas. A conselheira Renata ressalta que quando denunciou o desvio de finalidade da verba e não falou que tem alguém “roubando” verba do Fundeb e sim desviando a finalidade que é para o desenvolvimento e manutenção do ensino, na prestação de contas, a resposta do procurador foi a de que foi somente o apontamento dela e que não comprometeu a aprovação das contas pelos demais conselheiros, não podendo intervir. Isso não quer dizer que será o mesmo entendimento se levado ao MP. Ficando de lição para o colegiado, que o papel do conselho é ser os olhos, os ouvidos a boca da sociedade, nosso papel deveria ser o de controlar, fiscalizar, apontar e denunciar. O conselho tem esse poder legitimado pela CF com a garantia da gestão democrática. A recuperação paralela, direito garantido pela LDB e pelo ECA, ainda não está sendo oferecido de forma a contemplar todos os alunos com defasagem de aprendizagem, inaugurando um projeto piloto de núcleos de alfabetização que atendiam em 2 dois os alunos dos 3º ao 9º anos, com professores escolhidos de forma unilateral somente pela secretaria de educação, sem qualquer processo seletivo, conforme resposta aos questionamentos feito pela conselheira Sonia e respondidos pela presidente do CME, através do Ofício 178/2022, deixando evidente, ao entendimento dela, que os critérios não atendem aos princípios administrativos, em especial o da IMPESSOALIDADE. Os alunos dos 1º e 2º anos foram atendidos pelo pedagogo voluntário do Projeto

Federal Tempo de Aprender, que recebia somente R\$600,00 ao mês a título de auxílio transporte e alimentação e o professor da sala regular na recuperação contínua. A conselheira Marilda, alega que não detém o conhecimento necessário sobre as funções dos conselheiros e que nada foi proporcionado pela administração em termos do oferecimento de uma formação durante nosso mandato. A Renata informa para a Marilda que ela, dentro da sua área de atuação dentro do Conselho Tutelar, quando perceber que algum direito das crianças e adolescentes estão sendo violados. Solicita ainda que a ata deve ser bem robusta contendo todos os apontamentos e dificuldades enfrentadas pelos atuais conselheiros na busca por respostas. Os demais conselheiros presentes não se manifestaram com apontamentos. Concluímos que o presidente, ausente sem justificativa nessa última reunião extraordinária, deveria estar realizando uma prestação de contas do trabalho realizado durante nosso mandato, deixando registrado para os nossos conselheiros todas as informações pertinentes para que esse novo colegiado consiga dar continuidade nos trabalhos realizados. De todos os apontamentos discutidos durante a reunião entendemos que houve falta de planejamento, pois até a compra dos equipamentos de ar condicionado dependeria de um projeto anterior e não somente da vontade do administrador, uma vez que ainda existem escolas sem condições elétricas para a instalação. Os membros participantes da reunião manifestaram a preocupação em não participarem da última prestação de contas, que provavelmente acontecerá em janeiro/2023, pois o mandato encerra em 31/12/2022. Assim, em consenso, decidimos que, obrigatoriamente, seja feito um balanço das ações do colegiado, contendo todos os ofícios feitos, as visitas, os pareceres emitidos e enviados para o TCESP, as deliberações, constando também o não atendimento à legislação por parte do poder Executivo que, por diversas vezes deixou de enviar documentos exigidos na Lei 14113/2020 e devem ser apresentados ao Conselho, como por exemplo: o Censo, as folhas de pagamento dos servidores com local de trabalho, modalidade, nível, contracheques, medição das obras e etc. Fica evidente, o descontentamento de uma boa parcela dos membros pela falta de transparência do colegiado, bem como a pouca preocupação do presidente eleito pelos pares, em prestar contas a respeito da devolutiva dos ofícios encaminhados à secretaria e demais setores que são responsáveis pela documentação que deveria ser apresentada durante as prestações de contas, sempre realizada de forma intranquila, às vésperas da entrega da prestação ao TCESP, que sempre deixava lacunas, pois sempre foi apresentada incompleta, mesmo sendo solicitada a apresentação desde o início do nosso mandato enquanto conselheiros e sendo apontada como justificativa da reprovação por parte de alguns membros que sempre tiveram claro qual é o papel e as responsabilidades de um conselheiro que faz parte desse nobre e importante CACS FUNDEB. Essa ata foi redigida por mim, Sonia Cristina de Oliveira, vice- presidente e presidente da reunião extraordinária, sendo autorizada, pelos membros presentes, a acrescentar os dados apresentados durante a reunião por serem dados que demandam mais exatidão, pois foram retirados do Portal Transparência. Em tempos, acrescenta-se ainda, a relação de ofícios expedidos durante o ano de 2022, por esse colegiado. **Ofícios Expedidos:** Ofício nº 01/2022 - Prestação de contas - 4º trimestre 2021 (aplicação de recursos); Ofício nº 02/2022 - Prestação de contas - 4º trimestre 2021 (solicitação de extratos bancários consolidados enviados a secretaria da fazenda); Ofício nº 03/2022 - Prestação de contas - 4º trimestre 2021 (relatório de notas de empenho); Ofício nº 04/2022 - Prestação de contas - 4º trimestre 2021 (documentação comprobatória); Ofício nº 05/2022 - Prestação de contas - 4º trimestre 2021 (listagem de servidores efetivos e funcionários comissionados da educação básica do sistema municipal de ensino de Itanhaém); Ofício nº 06/2022 - Prestação de contas - 4º trimestre 2021 (demonstrativos de medição de obras); Ofício nº 07/2022 - Representante de Pais para eleição e composição do CACS - FUNDEB; Ofício nº 08/2022 - Representante de Alunos da EJA para eleição e composição do CACS - FUNDEB; Ofício nº 09/2022 reitera Ofícios nº 115/2021 - Informações quanto à análise do Regimento Interno do CACS - FUNDEB;

Ofício nº 10/2022 - Prestação de contas - 4º trimestre 2021 (solicitar documentação referente ao PEJA e PENATE); Ofício nº 11/2022 Prestação de contas - 4º trimestre 2021 (Balanço Final do FUNDEB); Ofício nº 12/2022 - Retifica Ofício nº07; Ofício nº 13/2022 - Retifica Ofício nº08; Ofício nº 25/2022 - Funcionamento das creches conveniadas; Ofício nº 26/2022 - Prestação de contas mensal (março); Ofício nº 27/2022 - Informações do PEJA e PENATE; Ofício nº 28/2022 - Cronograma de Instalação de Ar condicionado; Ofício nº 29/2022 - Orgonograma de Brinquedos; Ofício nº 30/2022 - Cronograma de Obras; Ofício nº 34/2022 - prestação de contas - 1º trimestre 2022 (documentação probatória); Ofício nº 35/2022 - prestação de contas - 1º trimestre 2022 (documentação referente ao PNATE); Ofício nº 36/2022 - prestação de contas - 1º trimestre 2022 (Balanço do 1º Trimestre do FUNDEB); Ofício nº 37/2022 - prestação de contas - 1º trimestre 2022 (servidores efetivos e funcionários comissionados da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Itanhaém); Ofício nº 38/2022 - prestação de contas - 1º trimestre 2022 (aplicação de recursos); Ofício nº 39/2022 - prestação de contas - 1º trimestre 2022 (Demonstrativos de medição de obras); Ofício nº 40/2022 - prestação de contas - 1º trimestre 2022 (extratos bancários consolidados); Ofício nº 41/2022 - Prestação de contas - 1º trimestre 2022 (Relatório de notas de empenho e Analítico de fornecedores) Ofício nº 46/2022 - Representante para composição do CACS-FUNDEB; Ofício nº 48/2022 - Esclarecimentos referente aos balancetes dos 2º, 3º e 4º trimestres do ano de 2021; Ofício nº 49/2022 - Esclarecimentos referente aos balancetes dos 1º trimestre do ano de 2021; Ofício nº 50/2022 - Atualização do Decreto Nº 4.095, de 07 de maio de 2021; Ofício nº 51/2022 - Andamento de análise do regimento interno do CAS-FUNDEB; Ofício nº 57/2022 - Recursos financeiros para o curso "Self Liderança."; Ofício nº 58/2022 - Ref: Ofício CME nº 56/2022 - Recursos financeiros para curso "Self Liderança."; Ofício nº 65/2022 - Prestação de contas - 2º trimestre 2022 (documentação comprobatória); Ofício nº 66/2022 - Prestação de contas - 2º trimestre 2022 (documentação referente ao PNATE); Ofício nº 67/2022 - Prestação de contas - 2º trimestre 2022 (balanço do 2º trimestre do FUNDEB); Ofício nº 68/2022 - Prestação de contas - 2º trimestre 2022 (aplicação de recursos); Ofício nº 69/2022 - Prestação de contas - 2º trimestre 2022 (extratos bancários consolidados); Ofício nº 70/2022 - Prestação de contas - 2º trimestre 2022 (Relatório de notas de empenho e Analítico de fornecedores); Ofício nº 71/2022 - Prestação de contas - 2º trimestre 2022 (servidores efetivos e funcionários comissionados da educação Básica do sistema municipal de ensino de Itanhaém); Ofício nº 72/2022 - Prestação de contas - 2º trimestre 2022 (demonstrativos de medição de obras); Ofício nº 73/2022 - Prestação de contas - 2º trimestre 2022 (solicitação de cópias do censo escolar); Ofício nº 75/2022 - Ref:Ofício CME nº 74/2022; Ofício nº 80/2022 - Esclarecimentos sobre a aquisição materiais digitais; Ofício nº 81/2022 - Substituição de conselheira do FUNDEB (enviada ao presidente do SISPUIM); Ofício nº 77/2022 - Ref: Ofício FME Nº 03/2022 - Conferência Municipal de Educação - Currículo Educaita; Ofício nº 84/2022 - Ref: Ofício CME Nº 64/2022; Ofício nº 86/2022 - Ref: Ofício CME Nº 85/2022; Ofício nº 93/2022 - Visita na Unidades Escolares; Ofício nº 97/2022 - Prestação de Contas - 3º Trimestre 2022 (documentação comprobatória); Ofício nº 98/2022 - Prestação de Contas - 3º Trimestre 2022 (documentação referente ao PNATE); Ofício nº 99/2022 - Prestação de Contas - 3º Trimestre 2022 (extrato bancários consolidados); Ofício nº 100/2022 - Prestação de Contas - 3º Trimestre 2022 (Relatório de notas de empenho e analítico de fornecedores); Ofício nº 101/2022 - Prestação de Contas - 3º Trimestre 2022 (servidores efetivos e funcionários comissionados da educação básica do sistema municipal de ensino de itanhaém); Ofício nº 102/2022 - Prestação de Contas - 3º Trimestre 2022 (demonstrativo de medição de obras); Ofício nº 103/2022 - Prestação de Contas - 3º Trimestre 2022 (censo escolar realizado no ano de 2022); Ofício nº 104/2022 - Prestação de Contas - 3º Trimestre 2022 (servidores efetivos e funcionários comissionados da educação básica do sistema municipal de ensino de itanhaém); Ofício nº 105/2022 - Prestação de Contas - 3º Trimestre 2022 (aplicação de recursos);

Ofício nº 94/2022 - Divulgação de edital de convocação de assembleia extraordinária para eleição complementar de representante sindical do FUNDEB Itanhaém - Urgente; Ofício nº 113/2022 - Ref: Ofício Nº95/2022. Encerra-se a ata.
